



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE DIREITO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM DIREITO

DESAPARECIMENTO FORÇADO EM PERÍODO DEMOCRÁTICO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA SOBRE O FENÔMENO NA AMÉRICA LATINA

Júlia da Mata Almeida

Brasília – DF
2020

Universidade de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Graduação em Direito

Júlia da Mata Almeida

DESAPARECIMENTO FORÇADO EM PERÍODO DEMOCRÁTICO: UM ESTUDO
SOBRE O FENÔMENO NA AMÉRICA LATINA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à
Faculdade de Direito da Universidade de Brasília
como requisito parcial para obtenção do grau de
bacharel em Direito.

Orientadora: Prof. Dra. Camila Cardoso de Mello
Prando

Brasília – DF
2020

JÚLLIA DA MATA ALMEIDA

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Faculdade de Direito da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel em Direito.

DESAPARECIMENTO FORÇADO EM PERÍODO DEMOCRÁTICO: UMA REVISÃO DE
LITERATURA SOBRE O FENÔMENO NA AMÉRICA LATINA

Banca examinadora:

Professora Doutora Camila Cardoso de Mello Prando
Orientadora

Doutoranda Eduarda Toscani Gindri
Membra

Doutoranda Bruna Stéfanni Soares de Araújo
Membra

Brasília, 15 de dezembro de 2020.

AGRADECIMENTOS

A realização de ter estudado na Universidade de Brasília me faz querer agradecer, primeiramente, ao espaço de Darcy Ribeiro e Ieda Delgado pela oportunidade de vivenciar minha experiência de graduação em um lugar de resistência e pluralidade. A Universidade de Brasília, além de me ensinar muito sobre cidadania, me abriu portas antes nunca imaginadas, então saio desse espaço extremamente feliz por ter aproveitado cada vivência que surgiu em meu caminho: estágios, pesquisas acadêmicas, grupos de estudos e até mesmo curso em universidade internacional.

Agradeço ainda a todos os amigos e colegas que passaram pela minha vida em algum momento da graduação. Mesmo que hoje o tempo e as dificuldades da vida tenham me afastado de alguns em certa medida, vocês todos foram indispensáveis para a minha formação e vivência universitária, e foram as primeiras pessoas a me receber na Faculdade de Direito. Guardo no coração gratidão e muitas memórias boas desses 5 anos.

Ser criada por pais professores e dentro de uma família cheia de professores fez com que o estudo sempre fosse uma prioridade dentro do lar, então essa graduação, esse trabalho e tudo o que já construí no campo profissional não teria sido feito sem o apoio da minha família, que sempre vibrou pelas minhas conquistas e mostrou ser meu refúgio e local de acolhimento quando a vida caminhava por meios tortos. Tudo o que fiz e faço é e sempre será por vocês. Vocês são a base de tudo.

À Professora Camila, pela orientação, disponibilidade e paciência e por ter me dado a oportunidade de me introduzir ao tema e à pesquisa que deu origem a esse trabalho.

RESUMO

O desenvolvimento do presente trabalho tem origem em pesquisa realizada no âmbito do edital do Projeto de Iniciação Científica (PROiC/UnB) de 2019. Estudando o fenômeno do desaparecimento forçado em seu histórico, o presente trabalho busca compreender o fenômeno na realidade democrática, finados os governos ditatoriais. Para tanto, realiza pesquisa qualitativa utilizando da metodologia de revisão sistemática de literatura, complementada pela metodologia de pesquisa hemerográfica, a fim de conhecer a produção acadêmica existente na Plataforma CAPES e a produção midiática sobre o desaparecimento forçado em períodos democráticos. Assim, poder-se-á mapear e compreender a ocorrência do fenômeno, seus estudos realizados na atualidade, e suas problemáticas e questões envolvidas. Obtendo-se como resultado de pesquisa que a literatura acadêmica se concentra na América Latina, associa a ocorrência do desaparecimento forçado à atuação repressiva do Estado, bem como reconhece como vítimas do fenômeno grupos vulneráveis socialmente e minoritários, são propostas então reflexões a partir de uma bibliográfica da criminologia crítica acerca dos desafios e perspectivas envolvendo o desaparecimento forçado na atualidade: um retrato de desigualdade, impunidade e negligência estatal.

Palavras-chave: Desaparecimento forçado; violência de Estado; revisão sistemática; pesquisa hemerográfica; desigualdade estrutural.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
1. Análise histórica e conceitual sobre o desaparecimento forçado	9
2. Retratos do desaparecimento forçado na democracia	15
2.1 O desaparecimento forçado na literatura acadêmica da CAPES	16
2.1.1 Metodologia	16
2.1.2 Resultado da produção acadêmica sobre o tema	19
2.2 O desaparecimento forçado na mídia jornalística	23
2.2.1 Metodologia	23
2.2.2 Resultado da produção jornalística sobre o tema	25
2.3 Estudo e comparação dos resultados de pesquisa	30
3. Desafios e perspectivas do desaparecimento forçado na América Latina atual.....	33
3.1 Negligência estatal, dificuldade de registro e cifra oculta	33
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	40

INTRODUÇÃO

O desaparecimento forçado de pessoas civis ficou historicamente registrado por seu uso durante os períodos de ditadura e intensa repressão a partir da década de 60, sendo praticado contra insubordinados ao regime para finar opositores e a pluralidade ideológica. Caracterizado pela falta de vestígios deixados e sumiço de corpos, Baigún (1987) aduz que o procedimento de desaparecimento forçado de pessoas não é só sobre uma violação da vida, mas também sobre a morte, dado que o homem é tratado como objeto, ou até mesmo pior que um objeto, já que nem sequer possui seu direito de ter sua identidade resguardada.

Finada a vigência dos regimes ditatoriais na América Latina, uma gramática de direitos humanos emerge associada a propostas de democracia. Entretanto, o fenômeno que era manifestação de tortura ditatorial ainda permanece ocasionalmente apontado na mídia, como no caso do Amarildo em 2013.

Verificando-se, portanto, que a ocorrência de desaparecimentos forçados de pessoas é evento de relevância geral, pública e jurídica, dado seu uso histórico, cabe questionar a sua existência e o seu uso pelas forças estatais mesmo em períodos autodeclarados democráticos. Com a finalidade de que a temática do desaparecimento de pessoas possa então ser convertida de uma visão de “casos isolados” para uma de problema social e público de relevância geral, considerando que, conforme Vianna (2013), a construção de causas e problemas sociais decorre de uma mobilização de uma gramática pública produtora de direitos e reivindicações, propõe-se no presente trabalho um estudo sobre a ocorrência do fenômeno de desaparecimento de pessoas na democracia, norteando-se pelas questões: quais dos casos são definidos como desaparecimento forçado? Quais as características desses casos? Quem são suas vítimas e quais suas causas? Existe um padrão na ocorrência desses casos? Tais questões poderão ser respondidas a partir da sua abordagem na produção da literatura acadêmica e da mídia jornalística da América Latina, permitindo compreender a dimensão do fenômeno na atualidade, suas perspectivas e problemáticas envolvidas.

Assim, o trabalho divide-se em três capítulos. Sendo que o primeiro realiza uma construção histórica do desaparecimento forçado, apontando sua ocorrência na literatura sobre o tema em relevantes momentos da história até o atual contexto democrático, bem como a

formação de seu conceito normativo dentro do surgimento e da consolidação dos direitos humanos.

No segundo capítulo, o desaparecimento forçado na democracia é então investigado pelos métodos de pesquisa de revisão sistemática de literatura e de pesquisa hemerográfica, onde será analisada a produção acadêmica da CAPES sobre a temática, bem como o noticiário nacional de países da América Latina. A partir da metodologia, os resultados obtidos permitem identificar os locais que estudam a ocorrência do fenômeno, as abordagens teóricas que possuem, seus campos de estudo, e ainda quais casos são noticiados como desaparecimento forçado nas fontes jornalísticas. Aplicados os dois métodos, são comparados resultados, apontando similaridades e distinções encontradas.

A partir da pesquisa realizada, o terceiro e último capítulo dedica-se ao debate acerca dos desafios e perspectivas do desaparecimento forçado na atualidade. Identificadas suas principais questões e problemáticas, elas são discutidas dentro de conceitos da criminologia crítica, abordando o fenômeno, por exemplo, associado à cifra oculta.

1. Análise histórica e conceitual sobre o desaparecimento forçado

Na literatura hegemônica, o termo “desaparecimento” vem comumente associado a dois tipos de desaparecidos: os desaparecidos civis, nos quais se diz a pessoa que sem motivo aparente sumiu sem deixar vestígios, e os desaparecidos forçados, que expressam uma categoria consequência da violação de direitos humanos, são o presente objeto de estudo e serão conceituados ao longo do trabalho.

A literatura sobre o tema ainda divide os desaparecimentos forçados em quatro modalidades: os detidos-desaparecidos libertados, os legalizados, os propriamente ditos e as crianças desaparecidas. A primeira e segunda categoria diziam respeito a indivíduos sequestrados temporariamente, sendo que os primeiros sofreram detenção clandestina e foram depois liberados sob condição de não denunciarem o ocorrido, enquanto os segundos sofreram detenção legalizada sob o título de preso político. Já os desaparecidos propriamente ditos são aqueles que ficaram sequestrados indefinidamente. Por fim, há as crianças desaparecidas, que constituem uma categoria separada de desaparecidos (PADRÓS, 2007).

Dentro dessas várias modalidades, sabe-se que o termo genérico de “desaparecimento”, portanto, trata de fenômeno com ampla ocorrência na história mundial, tendo, porém, alguns marcos históricos relevantes para a compreensão do fenômeno na sua modalidade forçada, os quais serão expostos adiante.

Foi na Idade Contemporânea, durante a Segunda Guerra Mundial, que o conceito de desaparecimento no seu sentido forçado aparece em âmbito internacional, sendo que além dos soldados mortos e desaparecidos em campo de batalha como consequência da guerra, civis também foram arbitrariamente retidos e assassinados em um contexto nazifascista.

A título exemplificativo, quando Adolf Hitler editou especificamente o Nacht und Nebel Erlass (Decreto Noite e Neblina) em 1941, embora não utilizasse esse nome explicitamente, o desaparecimento forçado foi oficializado como método de extermínio e controle pela política de Estado. Assim, dispunha sobre o sigilo por trás da prática criminosa, onde informações sobre os desaparecidos eram negadas àqueles que a buscassem (PARAYRE, 1999).

Aqui registram-se algumas características do desaparecimento forçado vigente no período: o exercício de poder e força estatal com a finalidade de controlar territórios através da

detenção de pessoas que resistissem ao regime nazista alemão, porém de forma tácita, deixando os familiares e a população sem quaisquer informações sobre o paradeiro ou destino das vítimas e de seus corpos. Tratava-se, portanto, de estratégia de dominação durante um contexto de guerra.

Posteriormente, o fenômeno reaparece com grande destaque e ficou reconhecido na história mundial dentro de um contexto global de Guerra Fria e enfrentamento entre duas potências mundiais (Estados Unidos e União Soviética), no qual os Estados Unidos tiveram importante função na instalação de regime autoritários e militares na América Latina, que aconteceram quase que simultaneamente por diversos países da região entre as décadas de 60 e 80. (GESTEIRA, 2014).

Aliados a um medo já instaurado na população da “ameaça comunista”, os Estados Unidos buscavam aumentar sua influência política na região e combater tal ideologia, usando da interferência na forma de governo dos países latino-americanos como um meio para tanto:

Os americanos perceberam, a partir disso, que o tipo de ajuda militar que vinham praticando não era mais eficiente, mudando desde o fim da gestão Eisenhower a sua estratégia: enxergando a participação direta dos militares na vida política desses países como a solução mais viável e eficaz, não só para o afastamento do comunismo na região, mas para os seus próprios interesses econômicos. (FERNANDES, H. R. & MORETT, M. T., 2018, p. 31).

A Doutrina da Segurança Nacional, nesse contexto, ganhou força nas ditaduras do Cone-Sul e serviu de instrumento para o poder americano, utilizando de uma ideologia de combate ao comunismo existente na União Soviética para incentivar o intervencionismo militar a fim de favorecer o setor das empresas multinacionais por meio da propagação do modelo capitalista. (VALDÉS, 1980, p. 250-251).

Ressalta-se que a técnica utilizada para manutenção da segurança nacional na época consistia essencialmente no uso de práticas repressivas para contenção da oposição política, indo desde o exílio até a eliminação e tortura. Fundamentada em uma perspectiva de que qualquer cidadão poderia ser um potencial inimigo comunista ou membro da militância, a violência era, portanto, método necessário de controle e uniformização social, o que legitimava as práticas de desaparecimento, por exemplo. (PADRÓS, 2006; 2008).

Nesse contexto de influência americana na região da América Latina e crescimento do apoio e papel dos militares na política, foi na Guatemala, em torno do ano de 1963, que se deu o primeiro golpe de Estado da região, idealizado pelo militar Enrique Peralta Azurdia. Foi então

logo seguido por vários países da América Latina: Brasil (1964), Bolívia (1964), Peru (1968), Chile (1973), Uruguai (1973) e Argentina (1976), de modo que um total de catorze países encontrava-se sob regimes ditatoriais durante o mesmo período, sendo que o desaparecimento e violações de direitos humanos apareciam como práticas políticas comuns. Nesse contexto, diz-se, por exemplo, que cerca de 45 mil vítimas foram desaparecidas na Guatemala, sem contar ainda o número de assassinatos (THEISSEN, 1996, p. 68).

No ano seguinte, em 1964, iniciava-se o regime militar no Brasil. Caracterizado por práticas de tortura, execuções e desaparecimentos, 434 pessoas foram vítimas do regime no país entre 1946 e 1988, sendo 191 mortas e 243 desaparecidas, segundo relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)¹. Desse total, sabe-se ainda que 33 dos mortos foram vítimas de desaparecimento forçado, que incluiu “1) detenções não reconhecidas oficialmente, seguidas da negação de informações sobre o paradeiro da vítima; 2) detenções oficialmente reconhecidas, seguidas de negação de informações sobre o paradeiro da vítima; e, 3) mortes oficialmente reconhecidas, sem identificação satisfatória dos restos mortais”. Organizado na imposição de atos institucionais que retiravam e limitavam direitos que hoje são considerados fundamentais, o regime ditatorial brasileiro teve como principais vítimas do desaparecimento forçado grupos militantes de atuação política opositora, segundo a CNV:

As principais organizações afetadas por esse crime foram o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN), a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o Movimento de Libertação Popular (Molipo), que totalizam 61% dos casos de desaparecimento forçado. Os demais grupos atingidos foram o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), com 5% do total de vítimas; e a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares) e a Ação Popular Marxista-Leninista (APML), que correspondem, cada uma, a 3% dos casos. O movimento estudantil, o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8) e o Partido Comunista Revolucionário (PCR) representam, cada um, 2% do total de vítimas, enquanto outras organizações como o Partido Operário Comunista (POC), o Movimento Revolucionário Tiradentes (MRT), a Ação Popular (AP), Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G), o Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT) e o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (PRT) correspondem, cada um, a 1% das vítimas de desaparecimento forçado.

(BRASIL. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. Relatório. Comissão Nacional da Verdade – Brasília: CNV, Vol. 1, 2014, p. 501.)

¹ Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV). Volume III. Mortos e desaparecidos políticos. Dezembro/2014. Disponível em:

http://www.memoriasreveladas.gov.br/administrator/components/com_simplefilemanager/uploads/CNV/relat%C3%B3rio%20cnv%20volume_3_digital%20mortos%20e%20desaparecidos.pdf. Acesso em 14 de novembro de 2020.

Já em território argentino, embora já tivesse sofrido golpe de Estado em anos anteriores, a última ditadura foi em 1976, quando o general Jorge Rafael Videla centralizou o poder novamente apoiado pela Junta Militar. Nesse período, o desaparecimento já existente e esporadicamente praticado transformou-se também em política institucional de desaparecimento de pessoas, com o silêncio e consentimento do governo, bem como de vários setores da sociedade. Nesse momento, os campos de concentração-extermínio foram estabelecidos, nos quais, apesar de não ser possível precisar o número de desaparecidos pela falta de registros e denúncias, estima-se que entre 15 a 20 mil pessoas passaram pelo local, sendo que cerca de 90% foram assassinadas. (CALVEIRO, 2004, p. 16)

Apontada a contemporaneidade e simultaneidade entre os períodos militares na América Latina, bem como suas origens comuns a partir da influência americana, o uso de métodos repressivos era normalmente compartilhado entre os países. Embora na Argentina, por exemplo, a prática repressiva parecesse mais intensa dada a presença dos campos de extermínio, ela e o Brasil utilizaram técnicas de terror de Estado semelhantes dentro de suas particularidades e nos seus respectivos campos de concentração e DOI-CODIs:

Os procedimentos da repressão política argentina, contudo, eram bastante similares aos da brasileira. Nos centros de tortura, tais como os DOI-Codis, era patente a fragmentação das tarefas de repressão, também era comum a ocultação dos nomes verdadeiros daqueles que torturavam e trabalhavam em contato direto com os presos. Os torturadores eram chamados por apelidos ou “nomes de guerra” como “Dr. Pepe” ou “Dr. Tibiriçá”, sempre fazendo alusão a patentes e cargos mais altos do que aqueles que efetivamente exerciam. Adotar a aparência de procedimento burocrático também fazia parte das práticas da repressão brasileira: havia a informação recebida e processada; formulários, dossiês e relatórios regulares que registravam nomes e números, ordens recebidas e cumpridas; turnos de guarda etc. Tudo muito impessoal, cada homem como uma peça de um mecanismo maior, que disseminava o terror. (TELES, 2014, p. 114).

Nesse sentido, Thiessen (1996, p. 72-73) reúne as similaridades na prática de desaparecimentos na região, ao afirmar que era parte do trabalho da inteligência militar, era uma prática centralizada e controlada desde os níveis mais altos de decisão militar; era um método clandestino que utilizava veículos, armamentos, disfarces e toda uma equipe colaborativa para sustentar o aparato; e desenvolvia manipulação psicológica para provocar aceitação social e assim manter sua impunidade.

Assim, tratava-se de novo momento histórico no qual o desaparecimento forçado de pessoas ficou marcado como estratégia de repressão em períodos ditatoriais na América Latina. Muito usado pelo Estado militar contra aqueles que eram julgados subversivos ou

insubordinados ao sistema autoritário, o método surgiu na origem como resquício de tática de guerra, mas nesse período mostrou-se como uma forma de controle dos cidadãos dentro da luta política nacional ao finar opositores e a pluralidade de manifestações ideológicas a fim de assegurar a manutenção do regime.

Concomitantemente, movimentos de organizações de direitos humanos eram atuantes na luta contra as arbitrariedades cometidas, questionando a ausência de pessoas e a ausência de respostas dadas. Nesse sentido, posteriormente ao regime, foram criadas a Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas (CONADEP), na Argentina, em 1983, e a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, no Brasil, em 1995, que tiveram um papel fundamental na luta por justiça em nome das pessoas desaparecidas, buscando a identificação das vítimas e a responsabilização dos envolvidos no cometimento do delito.

Findo o período de ditaduras na América Latina e após a ocorrência de diversas práticas repressivas e violentas, tornou-se relevante como primeiro passo o respeito aos direitos humanos para consolidação de uma nova era democrática. Nesse sentido, surge um conjunto de esforços jurídicos e políticos para o estabelecimento de um novo sistema baseado em um Estado de Direito, o qual requeria a necessidade de fortalecer princípios já acordados em 1948 com a Declaração Universal de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU).

Assim, a Assembleia Geral da ONU, em 1978, dispôs a Resolução 33/173, onde recomendou aos países e seus respectivos órgãos que buscassem a responsabilização dos excessos cometidos em prática de desaparecimentos, tendo sido depois promulgada a Declaração sobre a Proteção de Todas as Pessoas contra os Desaparecimentos Forçados em 1992. No mesmo sentido, a Organização dos Estados Americanos (OEA) adotou a Convenção Interamericana sobre Desaparecimento Forçado de Pessoas em 1994, incorporada no Brasil pelo Decreto 8.766/2016. O normativo mais recente aprovado foi a Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado, em 2006, promulgada no Brasil pelo Decreto 8.767/2016, a qual define desaparecimento forçado em seu artigo segundo como “a prisão, a detenção, o sequestro ou qualquer outra forma de privação de liberdade que seja perpetrada por agentes do Estado ou por pessoas ou grupos de pessoas agindo com a autorização, apoio ou aquiescência do Estado, e a subsequente recusa em admitir a privação de liberdade ou a ocultação do destino ou do paradeiro da pessoa desaparecida, privando-a assim da proteção da lei”.

Nesse contexto, o desaparecimento forçado aparece pela primeira vez conceituado, tipificado e reconhecido como crime internacional de violação de direitos humanos e crime contra a humanidade, embora a tipificação no ordenamento jurídico nacional tenha ficado a critério dos países apesar da recomendação da Corte Interamericana de Direitos Humanos para fazê-la. O Brasil, por exemplo, até então não tipificou o crime.

Durante a consolidação da democracia, os primeiros casos de desaparecimento forçado apareciam para julgamento na Corte Interamericana de Direitos Humanos, sendo que o primeiro deles foi Velásquez Rodríguez vs. Honduras (1988) e o segundo foi o caso Godínez Cruz vs. Honduras (1989), ambos reconhecendo a prática do crime durante a ditadura no país e condenando o Estado à indenização. Entretanto, ainda são poucas as sentenças proferidas de desaparecimento forçado na Corte se comparado seu número de apenas 20 casos até 2004 com os milhares de desaparecidos durante as ditaduras, nas palavras de Citroni (2004):

[...] entre las 90.000 víctimas privadas de vida, dignidad, respeto y nombre, muy pocas han obtenido por lo menos posteriormente justicia. Es emblemático que, por ejemplo, la Corte Interamericana de Derechos Humanos se haya ocupado sólo de veinte casos de desaparición forzada, aunque de manera admirable, dejando las bases para una disciplina jurídica que identifique, condene y castigue con severidad el horror perpetrado y, sobretodo, permita recordar. (CITRONI, 2004, p. 380).

Cabe questionar ainda quantos desses julgados atuais tratam de desaparecimentos forçados ocorridos em períodos ditos democráticos, informação essa que não foi encontrada especificada em informativos ou relatórios no sítio da Corte Interamericana de Direitos Humanos, visto também que o sítio não dispõe de buscador de jurisprudência por tema.

Diante do exposto, a literatura sobre o tema de desaparecimento, a partir de seu estudo histórico e da construção conceitual do fenômeno, associam o desaparecimento forçado de pessoas ao momento da Segunda Guerra Mundial e dos regimes ditatoriais da América Latina, notando-se, portanto, que o uso massivo do desaparecimento durante as ditaduras na América Latina fez com que ele ficasse historicamente associado a uma prática de um período repressivo, sendo por isso pouco falado ainda em um contexto vigente de Estado de Direito.

2. Retratos do desaparecimento forçado na democracia

O desaparecimento forçado de pessoas civis é fenômeno que guarda ocorrência durante diferentes períodos da história, porém tendo ficado comumente associado a períodos repressivos devido ao seu uso massivo como prática institucional de controle. Entretanto, a exposição recente pela mídia de casos pontuais de desaparecimento de pessoas, como no caso Amarildo (2013), trouxe características que remetiam à prática de desaparecimento forçado anteriormente utilizada: o envolvimento estatal e a ausência de explicação dada ao sumiço dos corpos.

Assim, ressurgiu o debate do desaparecimento forçado sob uma nova ótica: agora não mais associado a políticas de regimes ditatoriais, mas sim a práticas abusivas das forças de segurança pública na vigência de períodos autodeclarados democráticos. Nesse sentido, Araújo (2016, p. 47):

O desaparecimento forçado ficou, no Brasil, associado aos desaparecidos políticos. Porém, se tomarmos as definições expressas nas normatizações internacionais, notamos que a prática do desaparecimento forçado não terminou com o fim da última ditadura civil-militar no Brasil. O ato de fazer desaparecer pessoas persiste na sociedade brasileira pós-ditadura. Se durante os regimes militares o desaparecimento forçado foi uma política de Estado para fins de repressão política, atualmente ele tornou-se uma prática da linguagem da violência urbana. A região metropolitana do Rio de Janeiro permanece repleta de cemitérios clandestinos. Uma mãe cujo filho estava desaparecido, disse-me certa vez que, “caso se queira pesquisar os casos de desaparecimento, pode-se começar drenando todos os rios da cidade”.

Uma vez que a prática do Estado de utilizar de um poder desaparecedor, conforme a expressão de Pilar Calveiro (2013), é referida como ainda existente em governos democráticos mesmo havendo proteção jurídica e política internacional de direitos humanos, percebe-se a relevância pública do fenômeno enquanto problema social. Assim, propõe-se conhecer na prática qual o tratamento dado ao fenômeno, investigando os estudos que a literatura acadêmica tem feito sobre o desaparecimento forçado durante a democracia, bem como como o tema é tratado nos principais jornais informativos da América Latina e quais casos são referidos.

Para a análise da produção acadêmica, foi realizada uma revisão de literatura do campo, produzindo um mapeamento acerca dos estudos sobre desaparecimentos forçados pela literatura acadêmica com a finalidade de se analisar e conhecer quais abordagens teóricas estão sendo produzidas e quais os entendimentos em relação ao tema. Através dos resultados obtidos, poder-se-á levantar quais as perspectivas produzidas sobre o tema de desaparecimento em períodos

democráticos e observar a (in)existência de padrões no entendimento acadêmico sobre o assunto.

A partir do resultado da produção acadêmica, foi feita uma pesquisa nas principais fontes jornalísticas dos países destacados para que, então, se possa comparar as abordagens e entendimentos de cada meio.

2.1 O desaparecimento forçado na literatura acadêmica da CAPES

2.1.1 Metodologia

A metodologia aplicada no trabalho foi a revisão sistemática de literatura, a qual tem a finalidade de “organizar, esclarecer e resumir as principais obras existentes, bem como fornecer citações completas abrangendo o espectro de literatura relevante em uma área.” (VOSGERAU & ROMANOWSLKIM, 2014, p. 167).

Desse modo, devem ser seguidas etapas previamente estabelecidas para que um resultado com validade científica possa ser alcançado. Para tanto, optou-se por utilizar as etapas de pesquisa de revisão sistemática de literatura sugeridas por Ramos, A.; Faria, P. M.; Faria, A. (2014), que consistem sequencialmente em: definir o objetivo da pesquisa, definir as equações de pesquisa, definir o âmbito da pesquisa, estabelecer critérios de inclusão e exclusão, estabelecer critérios de validade metodológica, anotação de resultados e, por fim, tratamento dos dados obtidos.

Seguindo o mencionado passo a passo, a pesquisa foi desenvolvida com o objetivo de se analisar o fenômeno do desaparecimento forçado em períodos democráticos, verificando a existência de produção acadêmica sobre o tema. A escolha pelo site da CAPES deu-se por esta ser uma fonte referência nacional de artigos acadêmicos.

Iniciando a procura pelo site do periódico da CAPES, foram inicialmente testadas combinações de equação na busca avançada, como “desaparecimento forçado” AND “violência estatal”, encontrando 7 resultados; “desaparecimento forçado” AND “democracia”, encontrando 41 resultados; “desaparecimento” AND “período democrático”, encontrando 14 resultados. Tendo sido notado que uma maioria de artigos era comum nas pesquisas, e também

a presença de artigos muito destoantes, como alguns referentes à corrupção e até mesmo sobre vacinação.

Optou-se, portanto, por utilizar a equação de pesquisa mais genérica “desaparecimento forçado” na busca simples do site, obtendo 75 resultados, número possível de ser analisado. Aqui cabe registrar que a base de dados procura pelo termo entre aspas tanto no título quanto no resumo, palavras-chaves ou no texto de artigos, sem restrições. Não foram feitas quaisquer limitações na pesquisa, como quanto ao ano de publicação, nome de periódicos ou autores, porém a realização da pesquisa com uso do termo em português restringiu automaticamente os resultados para artigos na língua portuguesa e espanhola.

Dada a pequena quantidade de ocorrências, no critério de inclusão incluíram-se quaisquer artigos com publicação científica em revistas e sites e teses acadêmicas. Já como critério de exclusão, optou-se por excluir artigos que não estivessem dentro do âmbito de estudo das ciências sociais e jurídicas, visto que o objetivo da pesquisa é entender o desaparecimento forçado enquanto fenômeno social e jurídico, logo não seria de interesse produções acadêmicas de outros campos. Consequentemente, a verificação de ambos os critérios confere validade metodológica ao presente trabalho.

Passando para a etapa de anotação e análise dos resultados, registra-se que, dos 75 resultados obtidos, 4 estavam duplicados no resultado da busca, pois tinham sido publicados duas vezes em diferentes locais; 3 eram publicações na área da psicologia; 2 eram publicações na área de letras e literatura; 1 na área da educação; 1 era resenha de livro, logo sem aprofundado teor científico; 1 era publicação na área de visualidades; 1 era publicação na área da música (etnografia sonora); 1 artigo da área do serviço social; 2 resultados eram apenas apresentações iniciais de volumes de revistas científicas e 1 era editorial de revista científica; e outros 3 resultados eram agendas e retrospectivas anuais, que continham o termo “desaparecimento forçado” fazendo referência a datas. Assim, restaram 55 ocorrências inicialmente válidas.

Analisando tais dados obtidos por artigos, verifica-se que há uma grande variedade de produção acadêmica dentro do assunto amplo “desaparecimento forçado”. Podendo dividi-la em três eixos centrais temáticos: um eixo que estuda o desaparecimento forçado como fenômeno atual, coletando narrativas de familiares e relacionando o tema à violência urbana e à repressão estatal, por exemplo; outro eixo que estuda o desaparecimento forçado sob a perspectiva das normativas internacionais, a partir da Convenção Internacional para Proteção

de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado e na Corte Interamericana de Direitos Humanos; e um terceiro eixo que se refere a estudos relacionados com a ocorrência de desaparecimentos forçados no período ditatorial, incluindo discussões sobre a Lei de Anistia, o direito à verdade e à memória e Justiça de Transição.

Dos 55 artigos inicialmente coletados, passando-se à análise de suas palavras-chaves e de seus resumos, percebeu-se que 18 contém a equação “desaparecimento forçado” associada a pelo menos um dos seguintes termos: “ditadura”, “repressão”, “Argentina”, “Uruguai”, “anistia”, “Operação Condor”, “Paraguai”, “memória”, “identidade”, “guerrilha do Araguaia”, “direito à verdade”, “Comissão da Verdade”, “desaparecidos políticos”, “Cone Sul”, entre outros. Assim, o tema central dos artigos dizia respeito a estudos do desaparecimento forçado em períodos ditatoriais em países da América Latina (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai), como por exemplo qual o tratamento judiciário dado aos desaparecidos durante a ditadura e acerca da punição aplicada aos opressores.

Outros 20 artigos continham a equação do “desaparecimento forçado” relacionada aos termos: “Convenção”, “tratados internacionais”, “direitos humanos”, “Corte Interamericana”, “direito internacional”, “anistia”, entre outros. Notando-se que tais artigos fazem um estudo do fenômeno relacionado ao tratamento internacional do tema, por exemplo quanto à incorporação de tratados internacionais de direitos humanos contra o desaparecimento forçado, à cooperação internacional e às decisões da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Já o último eixo contém apenas 10 artigos que tratam do desaparecimento forçado relacionado a termos como: “violência urbana”, “violência policial”, “violência institucional”, “repressão”, “conflito armado”, “relatos familiares”, “Ayotzinapa”, “crime organizado”. Dentro desse eixo, incluíram-se ainda artigos latino-americanos que tratam do assunto referente à repressão a povos minoritários, como povos mapuche na Argentina e indígenas.

Passando-se à análise dos artigos em detalhes, optou-se por fazer um segundo critério de exclusão para retirada como objeto de análise daqueles que não tinham uma relação com o estudo do desaparecimento forçado, mas apenas faziam alguma referência ao fenômeno como exemplo. Assim, foram retirados ainda 7 artigos, tendo em vista que: 1 artigo tratava de desaparecidos civis, o que não é objeto da pesquisa; 1 artigo tratava da visão de Karl Marx sobre violação de direitos humanos; 1 artigo estudava a esquerda mexicana; 1 artigo estudava

sobre migração; 1 artigo sobre vítimas do acidente da Boate Kiss; 1 artigo sobre direito à saúde indígena; e 1 último artigo sobre a influência da religião dentro da criminalidade.

Dentre os 48 artigos restantes considerados com pertinência temática para análise, nota-se, em termos percentuais, que 37,5% deles (18 artigos) trata do desaparecimento forçado em âmbito internacional, sobre tratados, cooperações e Cortes internacionais, bem como 41,67% (20 artigos) é referente à sua ocorrência em períodos ditatoriais, estudando sobre a anistia e o direito à verdade da história das vítimas. E apenas 20,83 % (10 artigos) tratam efetivamente do assunto com alguma relação com períodos democráticos e desvinculados do estudo do passado, os quais serão, portanto, objetos de leitura, estudo e tratamento detalhado.

2.1.2 Resultado da produção acadêmica sobre o tema

Para realizar o mapeamento do fenômeno do “desaparecimento forçado em períodos democráticos” na produção acadêmica, busca-se entender quais as abordagens feitas pelos artigos, quais suas metodologias utilizadas e até mesmo quais seus países de origem, a fim de que possam ser criadas correlações entre as produções acadêmicas sobre a temática.

Assim, uma vez selecionados os 10 artigos objetos de estudo da presente pesquisa, dado que pertinentes ao tema em questão, fez-se um questionário que foi aplicado em cada um deles com o intuito de coletar seus dados, bem como categorizá-los a partir das seguintes informações: título; autor; idioma; país de origem; ano da publicação; existência de pesquisa empírica; tipo de pesquisa utilizada; metodologia utilizada; e qual o campo de estudo predominante nos referenciais teóricos. Assim, dentre os dez artigos analisados, foram obtidos os seguintes resultados, os quais foram reunidos na tabela abaixo:

	Título e Autor	Idioma e País	Ano	Empírico	Tipo	Método	Campo teórico
1.	Narrativa do terror e do sofrimento: relato materno sobre o desaparecimento forçado do filho (ARAÚJO, F.)	Português - Brasil	2011	Sim	Qualitativa	Entrevista pessoal em trabalho de campo com familiares de pessoas desaparecidas	Antropologia; sociologia; antropologia cognitiva

2.	Configuración identitaria en jóvenes tras la desaparición forzada de um familiar (ALVIS-RIZZO, A., DUQUE-SIERRA, C. P. & RODRÍGUEZ-BUSTAMANTE, A.)	Espanhol - Colômbia	2014	Sim	Qualitativa	Narração autobiográfica individual de jovens e familiares, orientada por perguntas e com apoio da técnica da foto linguagem	Psicologia cognitiva; psicologia social; construtivismo social; filosofia contemporânea; sociologia
3.	"Não tem corpo, não tem crime": notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos (ARAÚJO, F.)	Português - Brasil	2016	Sim	Qualitativa	Entrevista pessoal com familiares de pessoas desaparecidas	Ciência política; sociologia; antropologia social
4.	Genealogía e historia no resuelta de la desaparición forzada en México (ROBLEDO SILVESTRE, C.)	Espanhol - México	2016	Não	Qualitativa	Estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores	Sociologia; direitos humanos interamericanos; antropologia social
5.	Desaparición forzada de personas en México: una propuesta de lege ferenda (RAMOS KOPRIVITZA, U. S.)	Espanhol - México	2017	Não	Qualitativa	Estudo de leis mexicanas, doutrina e jurisprudência, sustentado por estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores	Direitos humanos interamericanos; jurídico
6.	Derecho a la vida: nuestro principal acuerdo (VARGAS AMPUERO, L.)	Espanhol - Argentina	2019	Sim	Qualitativa	Etnografia através de comentários nas páginas de Facebook de meios de comunicação online	História; filosofia
7.	Estados Unidos (Mexicanos) e a espiral de violência: por uma breve crítica à noção de "Estado Falido" (GOMES, S. & ACÁCIO PALHARES, I. D.)	Português - Brasil	2015	Não	Qualitativa	Análise de gráficos e dados, sustentada por estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores	Economista; filosofia; desenvolvimento econômico

8.	Judicialização da discriminação estrutural contra povos indígenas e afrodescendentes na América Latina: conceptualização e tipologia de um diálogo interamericano (GÓNGORA-MERA, M.)	Português – Brasil	2015	Não	Qualitativa	Análise da jurisprudência de Cortes, sustentada por estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores	Sociologia; ciência política; jurídico; direitos humanos; direito internacional; política externa
9.	2018: 50 anos entre permanências e o recrudescimento da violência de Estado (PRADAL FERREIRA, F. & RESENDE, N.)	Português – Brasil	2018	Não	Qualitativa	Estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores	Ciência política; ciências sociais; criminologia; sociologia; jurídico
10.	Sobre o regime empresarial-militar de ocupação das favelas do Rio de Janeiro: uma análise (crítica) das UPPs (VIEIRA BARROS, R.)	Português - Brasil	2016	Não	Qualitativa	Ensaio crítico através de estudo bibliográfico de teóricos e pesquisadores, bem como de dados quantitativos	Psicologia social; jurídico; geografia

Nota-se, portanto, pela aplicação do questionário que:

1. Todos os artigos foram publicados entre o período de 2011-2019;
2. Seis artigos foram publicados em português, sendo escritos no Brasil, e os outros quatro em espanhol, sendo um da Colômbia, dois do México e um da Argentina;
3. Todos os artigos utilizaram tipo qualitativo de pesquisa;
4. Apenas quatro artigos utilizaram método de pesquisa empírica, sendo dois brasileiros e os outros dois da Argentina e da Colômbia;
5. Os campos de estudo dos referenciais teóricos utilizados apresentaram grande variação conforme a abordagem do próprio artigo, tangenciando desde uma perspectiva antropológica e sociológica até uma perspectiva econômica, jurídica e psicológica, porém havendo uma predominância de produção nas áreas das ciências sociais.

Outra análise qualitativa interpretativa que pôde ser realizada durante o fichamento e estudo aprofundado dos artigos foi acerca de como eles tratam a temática do desaparecimento forçado: se o relacionam com causas, quais as causas apontadas, como relatam o tratamento

dado pelo governo ao delito, se reconhecem sua ocorrência ainda na atualidade democrática, e ainda quais os efeitos e consequências deixadas por esse crime.

Verificou-se que nos artigos produzidos no Brasil que possuem enfoque na realidade brasileira, excetuando, portanto, os artigos de número 7 e 8 (conforme referência na tabela), todos abordaram o desaparecimento forçado relacionado à realidade das favelas no Rio de Janeiro e, conseqüentemente, a conceitos de violência urbana e policial em espaços periféricos e de intervenção Estatal contra guerra às drogas como pretexto para segurança pública (pelas UPPs, por exemplo). Ainda os artigos trouxeram informações acerca da problemática no registro quantitativo sobre desaparecimento forçado, visto que muitos são qualificados como auto de resistência pela polícia, logo não se podendo quantificar sua ocorrência com exatidão. (GOMES, S. & ACÁCIO PALHARES, I. D., 2015; GÓNGORA-MERA, M., 2015).

Ainda nos artigos do Brasil, alguns casos conhecidos pela mídia foram utilizados para exemplificar sua ocorrência ainda na atualidade, como Amarildo, Chacina de Acari, Patrícia Amieiro, desaparecimento de 11 pessoas em Vigário Geral, e o desaparecimento de 13 jovens na Favela Samambaia. E os efeitos notados como consequência do fenômeno foram caracterizados como: tragédia, luto, dor, sofrimento, experiência traumática e ainda relevado o papel das mães na luta para reivindicação de justiça pela vida de seus filhos desaparecidos (GOMES, S. & ACÁCIO PALHARES, I. D., 2015; GÓNGORA-MERA, M., 2015).

No artigo de referência 2, da Colômbia, o desaparecimento forçado também foi mostrado como associado a setores sociais mais vulneráveis, destacando que o crime continua ocorrendo mesmo após o conflito armado e que *“las pruebas del mismo son invisibles y la reacción del Gobierno y de la comunidad internacional ha sido insuficiente”*. Trazendo ainda como consequências deixadas a marginalização social, abalos psicológicos, desatenção pelo Estado e conflitos na estrutura e vínculo familiar (ALVIS-RIZZO, A., DUQUE-SIERRA, C. P. & RODRÍGUEZ-BUSTAMANTE, A., 2014).

De forma semelhante, o artigo 4, do México, afirma as dificuldades de tratamento da questão dada *“la falta de investigación y actuación para buscar a las personas desaparecidas, la reiterada criminalización de las víctimas, la negativa a reconocer el problema y las fallas en sistemas esenciales para la búsqueda, como el forense y el registro nacional de personas desaparecidas”* (ROBLEDO SILVESTRE, C., 2016).

Acrescenta em sua argumentação a relação entre o desaparecimento forçado, o crime organizado e os carteis de droga no México, deixando de ser visto como categoria de repressão político-partidária contra o Partido Revolucionário Institucional (PRI). Entretanto, afirma ainda a ocorrência de desaparecimentos de ativistas de movimentos e organizações sociais, como de Edmundo Reyes e Gabriel Alberto Cruz, bem como desaparecimentos de migrantes nacionais e estrangeiros em território mexicano como tática de controle social, e ainda sua ocorrência também ligada à disputa na extração de recursos naturais no país. Quanto às consequências, elas se repetem: o drama e trauma familiar (ROBLEDO SILVESTRE, C., 2016).

O artigo 5, igualmente do México, também associa o desaparecimento forçado ao crime organizado, identificando como problemas a incapacidade técnica das instituições na prevenção, investigação e sanção do delito, bem como na dificuldade de identificar o número exato de suas vítimas (RAMOS KOPRIVITZA, U. S., 2017).

O artigo 6, da Argentina, traz uma nova perspectiva sobre o problema: o desaparecimento forçado associado a comportamentos racistas, microfascistas e elitistas contra povos Mapuche (VARGAS AMPUERO, L., 2019).

O artigo 7, apesar de escrito no Brasil, estuda a realidade mexicana e associa o desaparecimento forçado à guerra às drogas e ao combate militarizado contra o narcotráfico, que configura excesso repressivo do Estado (GOMES, S. & ACÁCIO PALHARES, I. D., 2015).

Por fim, o artigo 8 faz um retrato de julgados de Cortes americanas sobre demandas indígenas e afrodescendentes. Apesar de citar o desaparecimento forçado apenas como forma de repressão da desigualdade estrutural, correlaciona o fenômeno ao assassinato de lideranças indígenas e de representatividade étnica de povos vulneráveis, exemplificando na Argentina a violência policial contra o povo Quom e na Colômbia contra indígenas e afro-colombianos devido a interesses de multinacionais de agronegócios e empresas extrativistas (GÓNGORA-MERA, M., 2015).

2.2 O desaparecimento forçado na mídia jornalística

2.2.1 Metodologia

Encontrado, a partir da pesquisa na plataforma CAPES, como resultado que a produção acadêmica sobre o tema se concentra na América Latina e mais especificamente nos países da Argentina, Colômbia, Brasil e México, far-se-á então uma pesquisa documental em uma fonte jornalística de relevância nacional de cada um desses países.

Trata-se de método de pesquisa hemerográfica, a qual busca analisar fenômenos políticos e sociais a partir de jornais. A metodologia consiste em, primeiramente, escolher jornais que tenham bancos de dados informatizados e séries históricas mais longas. Posteriormente, organizam-se os dados seguindo as etapas: escolher um tema; definir palavras-chave; proceder a busca; montar o dossiê; e produzir tabela e gráfico. Faz-se, então, a análise das matérias, identificando as problematizações existentes, os atores envolvidos, a dimensão espacial e os encaminhamentos dados ao fenômeno estudado. (SEIBEL, 2013).

Quanto à escolha dos jornais, optou-se por jornais que tivessem edição online e que tivessem histórico antigo no país, bem como que fossem de grande circulação nacional. Escolhido o tema de desaparecimento forçado na atualidade, a definição da palavra-chave “desaparecimento forçado” é suficiente para encontrar os resultados de pesquisa em questão. As etapas seguintes sobre produção de gráficos e tabelas para organização dos dados, bem como a análise aprofundada do conteúdo e da abordagem das matérias não foram realizadas, uma vez que a pesquisa hemerográfica foi apenas utilizada para fins complementares da revisão sistemática de literatura e para identificar quais casos as notícias fazem referência quando abordam o assunto do desaparecimento forçado.

Destaca-se que a pesquisa realizada em jornais, principalmente pelo fato de estar em edição online, possui limitadores no próprio site, como a existência de diferentes seções entre os jornais, e até mesmo limitador da própria configuração do site, que mostra como resultado de pesquisa matérias duplicadas, o que interfere no resultado quantitativo para análise. Assim, apesar de apresentados, os resultados quantitativos de pesquisa não foram considerados para o presente estudo, mas sim apenas o conteúdo dos casos referidos como desaparecimento forçado pela mídia.

Ademais, cabe destacar que o jornalismo é uma prática social, portanto suas reportagens refletem interesses, ideologias e posicionamentos políticos:

Na construção do fato jornalístico interferem não apenas elementos subjetivos de quem o produz, mas também os interesses aos quais o jornal está vinculado. O historiador, ao estudar a imprensa, tem que levar em conta esses aspectos. Questionar a imagem “imprensa, espelho fiel da realidade”, implica um trabalho de reconstituição do real em suas múltiplas facetas (CAPELATO, 1988, p. 22).

2.2.2 Resultado da produção jornalística sobre o tema

Para a Argentina, foi selecionado o La Nación, por ser um jornal de longa data e grande circulação local. Assim, utilizando a busca do site pelo termo “desaparición forzada”, o que encontrou um total de 1403 resultados. Para delimitar a busca, foram aplicados os filtros de período de 01/01/2011 a 31/12/2019, utilizando o mesmo intervalo anual dos artigos encontrados (2011 a 2019), e o filtro de seção na opção “seguridad”, a fim de que as notícias encontradas estejam dentro do campo da segurança pública. Foram encontrados 49 resultados de pesquisa, sendo que 18 eram referentes a casos diversos do objeto de estudo, como desaparecimento relacionado a questões de gênero e tráfico de pessoas. Os 31 resultados restantes eram referentes aos seguintes casos: Franco Casco, Santiago Maldonado, Luciano Arruga, Andrés Núñez e Dante Garbini.

O caso de Franco Casco (2014) é um jovem de 23 anos que foi a Rosario visitar parentes, porém desapareceu após ser detido irregularmente numa delegacia após denúncia de vizinho sobre presença de pessoas suspeitas no bairro. O corpo foi depois encontrado no rio Paraná e verificado que foi submetido a tortura. Apesar de presentes irregularidades e inconsistências para ocultar os motivos do desaparecimento, até janeiro deste ano 19 policiais foram levados a juízo.²

Nesse mesmo rio onde foi encontrado o corpo de Franco Casco, na cidade de Rosario, outras duas notícias encontradas na busca do site apontaram a ocorrência de mais 4 corpos achados com suspeitas de envolvimento policial: Alejandro Gastón Ponce, de 23 anos, Yail Gabriel Arzuaga (Fideíto), de 18 anos, Gerardo Escobar (Pichón), de 23 anos, e Ezequiel

² Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/rosario-detienen-a-32-policias-por-un-caso-de-desaparicion-forzada-nid2059598/> e <https://www.lacapital.com.ar/policiales/caso-franco-casco-revocan-prision-domiciliaria-un-policia-procesado-la-muerte-del-joven-n2559104.html>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

Gonzalo Rodríguez, de 16 anos. A notícia ainda aponta o crescimento de fatos violentos e homicídios em Rosario após o reforço da polícia federal enviado pelo governo ao local.³

O caso de Santiago Maldonado (2017) trata de um artesão de 28 anos que é considerado o primeiro desaparecido forçado no governo Macri. Após participar de manifestação de povos Mapuche sobre disputa de terras indígenas e ser preso por agentes policiais na ocasião, não foi mais encontrado.⁴

O caso Arruga (2009) diz respeito a um rapaz de 16 anos, morador da periferia da capital argentina, que, ao voltar para casa depois de reunir-se com amigos, desapareceu, tendo seu corpo sido encontrado 5 anos depois. Diz-se envolvimento da polícia no caso, uma vez que meses antes do desaparecimento a vítima foi detida ilegalmente no mesmo local e sofreu tortura por recusar uma proposta de roubar para a instituição. Policiais foram condenados pelas torturas praticadas antes do desaparecimento, porém a família permanece na luta por justiça para que seja imputado o crime de desaparecimento.⁵

O caso de Andrés Nuñez (1990) trata do caso do primeiro desaparecido pela polícia bonaerense após o início da democracia no país. Nuñez foi retirado da casa da sua mãe a noite, golpeado e levado até a sede da repartição policial, onde foi vítima de torturas até a morte. A causa é dita como a busca pela polícia por uma pessoa que havia roubado uma bicicleta no bairro.⁶

O caso de Dante Garbini (2015) é de um jovem de 21 anos que estava em uma festa e foi obrigado a retirar-se, desaparecendo após. A família alega irregularidades na investigação e supõe vínculo com ameaças sofridas pela avó da vítima após ter testemunhado em juízo em crime contra humanidade.⁷

³ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/hallaron-un-cadaver-en-el-rio-parana-y-acusan-a-la-policia-nid1842141/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

⁴ Disponível em: <https://noticias.r7.com/internacional/argentina-quer-a-resposta-onde-esta-santiago-maldonado-13062018>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

⁵ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/18/internacional/1413587938_599995.html e <https://www.agenciapacourondo.com.ar/violencia-institucional/luciano-arruga-un-caso-emblematico-en-la-lucha-contra-la-violencia>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

⁶ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/el-caso-nunez-una-desaparicion-que-expuso-a-la-bonaerense-en-el-retorno-de-la-democracia-nid1833785/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

⁷ Disponível em: <https://www.lanacion.com.ar/seguridad/mendoza-hallaron-un-cadaver-e-investigan-si-se-trata-de-dante-garbini-el-guia-de-rafting-desaparecido-nid1877891/>. Acesso em 15 de outubro de 2020.

Já no sítio da Folha de São Paulo, jornal de maior circulação do Brasil, a pesquisa pelo termo “desaparecimento forçado”, personalizando somente o filtro de período entre as mesmas datas de 01/01/2011 a 31/12/2019, encontrou 65 resultados, dos quais 22 tratavam do assunto relacionado a outros países, como no Chile, e outros 42 tratavam do assunto referente a discussões sobre a Lei de Anistia, atuação da Comissão Nacional da Verdade, Corte Interamericana de Direitos Humanos e casos de desaparecimento na Guerrilha do Araguaia. Assim, apenas uma notícia, datada de 2011, dizia respeito a um caso suspeito de desaparecimento forçado.

Trata-se de militante de Direitos Humanos, Sebastião Bezerra da Silva, que foi encontrado morto em Tocantins com sinais de tortura no corpo. Por ser uma figura que estava envolvida em investigações e denúncias contra a polícia brasileira sobre abusos, maus-tratos e torturas, recebia frequentemente ameaças de morte. A semana de seu desaparecimento foi a mesma que um policial local foi exonerado após acusação da vítima.⁸

Na Colômbia, o jornal El Tiempo foi utilizado como fonte de pesquisa. Na ferramenta de busca do site foi procurado o termo “desaparición forzada” com o filtro de data entre 01/01/2011 a 31/12/2019, que resultou em 792 resultados. Uma vez que não havia opção correspondente a uma seção de “segurança” para seleção, como a utilizada na busca avançada no sítio do jornal argentino, acrescentou-se a opção “investigación” no campo “sección” para melhor selecionar o assunto da pesquisa, a fim de encontrar o tema de desaparecimento forçado em investigações na Colômbia. 34 resultados de pesquisa foram obtidos.

Dentre os 34 resultados, 9 tratavam do desaparecimento forçado fora do âmbito de pesquisa, relacionado com desaparecimento de estrangeiros e também relacionado a questões de gênero, 16 tratavam do fenômeno relacionado à temática do narcotráfico e do conflito armado colombiano, 8 sobre o caso do Palácio de Justiça e 1 sobre o caso no cemitério em Dabeiba.

⁸ Disponível em: <https://www.frontlinedefenders.org/pt/case/case-history-sebasti%C3%A3o-bezerra-da-silva>. Acesso em 17 de outubro de 2020.

O caso do Palácio de Justiça⁹ colombiano ocorreu em 1985, quando o grupo guerrilheiro M-19 invadiu, gerando um confronto com as Forças Armadas e um massacre e desaparecimento de pessoas.

O caso de Dabeiba¹⁰ diz respeito à descoberta de uma vala no município, onde procuram-se corpos de pessoas executadas e desaparecidas entre os anos de 2005 a 2007 por atuação militar.

Dentre as notícias referentes ao conflito armado, há referência ao massacre de Barrancabermeja¹¹, em 1998, quando um grupo de paramilitares entrou no bairro, assassinou e sequestrou pessoas, e também o caso em Soacha¹², onde vários jovens foram alvo de execuções extrajudiciais cometidas também por membros do Exército colombiano entre 2007 e 2009. E quanto ao narcotráfico, há referência, por exemplo, ao filho de Ramón Isaza, narcotraficante, onde a prática de desaparecimento forçado aparecia quase como tática de guerra entre grupos rivais e como forma de imposição de força da organização criminosa.

Por fim, no México, utilizando o site do jornal El Universal, foi procurado o termo “desaparición forzada” com o mesmo filtro de data entre 01/01/2011 a 31/12/2019, que resultou em 1370 resultados. Não havendo opção de seção de “segurança” ou outra correspondente para seleção, como as utilizadas na busca avançada no sítio do jornal argentino e do colombiano, optou-se por acrescentar os dois termos de pesquisa com os nomes das seções dos jornais argentino e colombiano: “seguridad y investigación”. Assim, a busca no site do El Universal pela combinação “desaparición forzada y seguridad y investigación”, dentro do intervalo de tempo citado, resultou em 247 resultados.

Dos 247 resultados, 102 foram pertinentes a questões diversas do objeto de estudo, como tratando do desaparecimento forçado relacionado a feminicídio, ações políticas para proteção dos cidadãos, na Colômbia e Argentina, e tratamento internacional do tema na Corte Interamericana de Direitos Humanos. 70 notícias eram repetidas, que apareceram duplicadas no site devido a uma dificuldade de configuração do site. E as 75 restantes tratavam do

⁹ Disponível em: <https://www.eltiempo.com/justicia/conflicto-y-narcotrafico/los-desaparecidos-del-palacio-de-justicia-que-aun-no-han-sido-encontrados-431060>. Acesso em 17 de outubro de 2020.

¹⁰ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/12/17/internacional/1576606014_842390.html. Acesso em 17 de outubro de 2020.

¹¹ Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/30/internacional/1472570208_927801.html. Acesso em 17 de outubro de 2020.

¹² Disponível em: <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-12/maes-de-soacha-lutam-pela-verdade-sobre-filhos-mortos-pelo-exercito-colombiano>. Acesso em 17 de outubro de 2020.

fenômeno associado aos seguintes casos: Ayotzinapa, guerra contra drogas e crime organizado, “guerra suja” e contra imigrantes.

Quanto ao caso de Ayotzinapa¹³ (2014), refere-se ao desaparecimento de 43 estudantes quando, na saída de Iguala para retornarem à escola, foram detidos por um grupo de criminosos associados com policiais da cidade.

Nos casos envolvendo guerra contra drogas e combate ao crime organizado, alguns locais foram citados: Michoacan, Baja California, Coahuilla, Chihuahua, Guerrero e Nuevo León. Houve diversas referências a atuações da polícia, como em Ixtazcoquitlan¹⁴, onde diversas pessoas desapareceram após serem detidas por policiais municipais e estatais. As polícias continuam em seus cargos e com acesso às investigações, o que dificultava a imputabilidade até a data da notícia. Destaca-se que todas as vítimas citadas eram jovens entre a faixa etária de 18 a 24 anos, com exceção de dois irmãos de 41 e 43 anos.

Fenômeno semelhante ocorreu em Papantla e Veracruz¹⁵, onde três jovens desapareceram em 2016 pela polícia municipal. E ainda em Huautla de Jimenez¹⁶, onde 12 pessoas foram desaparecidas no mesmo ano, sem justiça e avanço nas investigações do Estado. A notícia aponta o contexto de violência local após o aumento da presença de segurança pública e agentes. Na Cidade do México, houve menção ao estudante de 17 anos desaparecido pela polícia em 2018 e encontrado com sinais de tortura.¹⁷

Ademais, Guerrero foi apontada como a cidade onde mais acontece desaparecimento com participação das autoridades devido à infiltração do crime organizado nos governos municipais junto com a polícia local.¹⁸ Fala-se ainda, como exemplo, no caso de 13 jovens desaparecidos pela polícia por suspeita de envolvimento com o grupo de organização criminosa

¹³ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/internacional/2020-07-08/identificacao-de-um-dos-43-estudantes-de-ayotzinapa-derruba-a-versao-historica-do-governo-de-pena-nieto.html>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

¹⁴ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/opinion/peniley-ramirez/los-13-desaparecidos-que-detuvo-la-policia-de-cuitlahuac-en-veracruz>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

¹⁵ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/estados/ofrecen-disculpas-por-desaparicion-de-jovenes-en-papantla>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

¹⁶ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/estados/se-confrontan-fiscal-y-familias-por-personas-no-localizadas>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

¹⁷ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/metropoli/marco-fue-victima-de-desaparicion-forzada>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

¹⁸ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/guerrero-con-al-menos-544-desapariciones-en-5-anos>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

Los Zetas¹⁹. E também sobre o desaparecimento como prática de repressão pelos grupos de crime organizado, como o El Jaguar.²⁰

Outras notícias referiram ao desaparecimento forçado de Arnulfo Cerón Soriano²¹, lutador social campesino, líder de frente popular. E ainda sobre a prática cometida contra migrantes dentro do país²².

2.3 Estudo e comparação dos resultados de pesquisa

A partir da análise e categorização dos artigos da CAPES analisados, algumas conclusões relevantes sobre a produção acadêmica na temática de desaparecimento forçado puderam ser obtidas:

- Que uma minoria de artigos aborda o desaparecimento forçado como fenômeno democrático da violência de Estado: apenas 10, de um total de 55 inicialmente coletados;
- Que a concentração da produção sobre o tema encontra-se majoritariamente no campo das ciências sociais;
- Que a concentração da produção sobre o tema encontra-se vinculada à América Latina (Brasil, México, Argentina e Colômbia).

Diante do exposto, o estudo interpretativo dos artigos permitiu notar que a semelhança temática nos artigos da América Latina e sua concentração de escrita nesse local deve-se à sua semelhança histórica de repressão ocorrida nas décadas de 60 a 80, quando diversos países da América Latina passaram ao mesmo tempo por período de governo autoritário e o desaparecimento forçado era, então, utilizado como tática de tortura pelo Estado, conforme já apresentado em capítulo anterior.

¹⁹ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/estados/liberan-exfuncionario-de-javier-duarte-acusado-de-desaparicion-forzada>. Acesso em 19 de outubro de 2020.

²⁰ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/estados/detienen-presunto-operador-principal-y-al-jefe-de-plaza-del-cjng-en-veracruz>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

²¹ Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/estados/protestan-en-congreso-de-guerrero-por-desaparicion-de-lider-campesino>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

²² Disponível em: <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/acusan-policias-y-fuerzas-armadas-por-robo-y-extorsion-migrantes> e <https://www.eluniversal.com.mx/nacion/van-mil-504-victimas-de-desaparicion-forzada>. Acesso em 18 de outubro de 2020.

Outra observação identificada trata-se de que em todos os países mencionados foram feitas referências a uma incapacidade do Estado em classificar esse delito, atuar no seu combate e registrar as ocorrências de modo a se ter um controle quantitativo, seja por descaso estatal, seja por ausência da tipificação de normas legais internas que regulem. No mesmo teor, diversas notícias de todos os países estudados tratavam sobre a impunidade dos agentes estatais que cometeram o delito em estudo, apontando a dificuldade nas investigações e uma negligência do Estado no exercício da justiça.

Ademais, outros dois pontos comuns e relevantes para a compreensão do desaparecimento forçado na atualidade foram o referente a quem são as citadas vítimas do fenômeno, o que foi consensual entre todos os artigos de que são povos vulneráveis socialmente e minoritários, desde moradores de periferias, até comunidades étnicas, indígenas e afrodescendentes. E o outro foi referente às causas apontadas para o desaparecimento forçado, que foram, em maioria, apontadas como a atuação repressiva do Estado na luta contra o narcotráfico e em nome da defesa da segurança pública; outras duas causas foram ainda acrescentadas em menor ênfase: a luta por recursos naturais e repressão política contra ativistas de movimentos sociais.

De forma parecida foram os resultados obtidos pelas fontes jornalísticas, onde as vítimas do delito de desaparecimento, corroborando as informações trazidas nos artigos da CAPES, foram apontadas como homens e jovens, sendo ainda que algumas notícias explicitaram que tratava de morador de periferia (caso Luciano Arruga, da Argentina), e outras ainda que tratava de pessoa politicamente ativa (caso Santiago Maldonado, caso brasileiro de Sebastião e caso mexicano de Arnulfo Céron Soriano) ou que atuava em denúncias ou testemunhava contra a polícia (caso Dante Garbini). No México foram apontadas ainda como vítimas os imigrantes, porém em menor grau.

Na Argentina, foi também encontrada referência sobre o desaparecimento de militantes sociais, especificamente da pauta de povos indígenas, como no caso de Santiago Maldonado durante a manifestação de povos Mapuche. Resultado esse que se encontra em consonância com o artigo 6 da Tabela 1 (VARGAS AMPUERO, L., 2019), que dispunha sobre o desaparecimento forçado como uma prática contra povos Mapuche, representando comportamentos racistas, microfascistas e elitistas.

Outra informação dos artigos acadêmicos confirmadas pelas notícias jornalísticas foi o fato de que tanto Argentina quanto Colômbia e México apresentaram uma pluralidade de notícias sobre desaparecimento de pessoas após alguma situação de detenção policial, como os diversos casos apontados na cidade de Rosario, em que as notícias associavam a prática do desaparecimento forçado e do acréscimo de violência local ao aumento da atuação policial; o que reafirma a causa central do fenômeno como a atuação repressiva do Estado sob pretexto de defesa da segurança.

Na mídia colombiana e mexicana, houve várias menções ao desaparecimento associado a conflito armado e narcotráfico, o que inclui a guerra contra drogas e crime organizado, tendo cada um suas respectivas particularidades na realidade nacional. Na relação entre crime organizado, narcotráfico e atuação estatal, as notícias referiram-se a uma associação entre grupos criminosos com a polícia, o que faz com que o desaparecimento forçado nesses países ocorra em três modalidades diferentes: a atuação repressiva e violenta dos agentes estatais já exposta; a corrupção e associação entre narcotraficantes e a polícia; e o desaparecimento praticado apenas pelas organizações criminosas como forma de imposição violenta e briga entre facções.

Acrescenta-se que a produção de informações na mídia sobre desaparecimento forçado na atualidade aparenta maior que a produção acadêmica sobre o tema. Todavia, na mídia brasileira, percebe-se que muito pouco se fala do delito na atualidade ainda, uma vez que no site de jornal de maior circulação nacional havia apenas uma notícia. Assim, o resultado obtido pela revisão de literatura, que apontou que ainda uma minoria de artigos estuda o assunto, dialoga com a realidade encontrada na pesquisa hemerográfica.

3. Desafios e perspectivas do desaparecimento forçado na América Latina atual

3.1 Negligência estatal, dificuldade de registro e cifra oculta

Conforme apresentado pelas pesquisas realizadas, um tópico comum exposto foi acerca da dificuldade de classificação, controle e registro do desaparecimento forçado, situação essa que envolve diversas áreas de governabilidade pública, as quais vão desde uma gestão eficiente da atuação estatal no registro de ocorrências até questões legais e normativas internas do país, bem como dependem de um efetivo exercício de agentes estatais nas investigações e na justiça.

Na busca por dados registrais no Brasil, por exemplo, para identificação de desaparecidos (em seu conceito genérico), existe o Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes²³, criado pela Lei nº 12.127/2009. Esse Cadastro funciona em site eletrônico e permite o registro de crianças e adolescentes desaparecidos por qualquer pessoa ou ente. Embora o site contenha seção de estatísticas nacionais, não há uma especificação de causa do desaparecimento, camuflando desaparecidos civis com possíveis casos de desaparecidos forçados.

Outros órgãos, como a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), criada pela Lei nº 9.140/1995, possuem relevante papel no reconhecimento de pessoas desaparecidas, entretanto seu site oficial igualmente não disponibiliza estatísticas e resultados obtidos, mas apenas relatórios de atividades.

Existem ainda o Instituto Brasileiro de Segurança Pública, que não disponibiliza no site informações ou dados sobre o desaparecimento no país, e programas desenvolvidos por órgãos estaduais, como o Programa de Localização e Identificação de Desaparecidos (PLID), implementado em Ministérios Públicos estaduais, que desenvolveu ainda o Sistema Nacional de Localização e Identificação de Desaparecidos (Sinalid). Entretanto, apesar de não explicitar também o desaparecimento no qual atua, ao prometer encontrar paradeiro de vítimas e se dizer bem sucedido no encontro de pessoas vítimas de enchentes, por exemplo, verifica-se a ênfase no desaparecimento civil.

²³ Disponível em: <https://www.desaparecidos.gov.br/>. Acesso em 17 de outubro de 2020.

Diante da falta de transparência e visibilidade ao problema, bem como da carência na coleta de dados sobre o fenômeno, o suprimento dessa função no país fica ainda atrelada a organizações não governamentais e grupos de coletivos sociais, como o Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro, e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De forma semelhante, no exterior, o Grupo de Trabalho sobre os Desaparecimentos Forçados ou Involuntários (ONU) permanece fortemente atuante no combate ao delito, ao realizar visitas aos países, bem como enviar recomendações e notificações. Inclusive no último informe²⁴ do Grupo, que abarca o período entre 23 de maio de 2019 e 15 de maio de 2020, foram apontados os casos de desaparecimento forçado pendentes de resolução em cada país, notando-se que a maior incidência ainda ocorre na América, sendo, por exemplo, 3.065 na Argentina, 13 no Brasil, 357 no México e 943 na Colômbia.

Uma das causas para a dificuldade na transparência de dados do fenômeno no Brasil é a questão burocrática na atuação estatal, associada à falta de registro e exposta por Ferreira (2011) na etnografia realizada no Setor de Descoberta de Paradeiros da antiga Delegacia de Homicídios do Rio de Janeiro (Capital). Ferreira (2011) expõe que as sindicâncias das ocorrências são todas classificadas pelo nome de “desaparecimento” e encontram-se todas na mesma gaveta de arquivos, sem distinção sobre desaparecimento resultante de violência intrafamiliar ou de violência urbana, por exemplo. Por conseguinte, a própria realidade da delegacia aponta uma ausência de reconhecimento criminal ao desaparecimento, sendo visto apenas como um acontecimento familiar, o que minimiza a relevância do crime como um problema social.

Ademais, o arquivamento de casos de desaparecimento evidencia uma atuação de negligência estatal, na qual a investigação praticamente não acontece após noticiado o fato pela população:

Para o inspetor, a investigação policial de casos de desaparecimento de pessoas “é uma ilusão”, e o simples correr dos dias entre o registro do caso na delegacia comum e seu encaminhamento para o SDP é suficiente para encerrá-los, restando aos policiais do Setor “dar um telefonema e ouvir que a pessoa já voltou pra casa”.

[...] O considerável número de casos encerrados ou com um telefonema, ou com um documento, segundo Fernando, dá a falsa impressão de que a investigação policial em torno de casos de desaparecimento “é um sucesso”, como se a polícia descobrisse freqüentemente o paradeiro de pessoas. (FERREIRA, 2011, p. 54-55)

²⁴Informe del Grupo de Trabajo sobre las desapariciones forzadas o involuntarias. ONU. Ano 2020. Disponível em: <https://undocs.org/es/A/HRC/45/13>. Acesso em 20 de novembro de 2020.

Do mesmo modo, no México, existe o Registro Nacional de Dados de Pessoas Extraviadas ou Desaparecidas (RNPED), vinculado ao governo, entretanto, além de a última atualização do site ser datada de 2018, não visibilizava vítimas no campo de busca de foro comum, mas apenas os federais. Ademais, capturava apenas casos ativos de desaparecimento, uma vez que era dada baixa de registro para casos nos quais a pessoa havia sido localizada, independentemente se encontrada morta, o que dificultava a quantificação de casos de desaparecimento forçado pela população.

Assim, restou à Data Cívica²⁵, uma organização não governamental, com apoio da Comissão Nacional de Busca, analisar as bases de dados de pessoas desaparecidas a nível nacional para elaborar um projeto que buscou resolver questões de informação e questões estatísticas sobre desaparecimento no país.

A Argentina e a Colômbia, por sua vez, retratam situação semelhante, na qual o registro de pessoas desaparecidas nos países carece de fonte atualizada para acesso público, bem como quem aparece à frente da busca por justiça e transparência desses delitos são organizações e comissões, como o CONADEP (Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas).

Outro ponto que dificulta o registro e a expressão numérica do delito é o fato de tratar-se de crime que muitas vezes não deixa vestígio. O desaparecimento forçado acontece com a detenção arbitrária da vítima, sendo comuns as práticas de tortura, assassinato, mutilação e outras com a finalidade de desfazer o corpo e qualquer resquício que pudesse servir como prova ou identificação dos agentes. Nas palavras de Araújo (2016), “não tem corpo, não tem crime”.

Diante dessa realidade, a problemática da dificuldade de registro de um crime de Estado perpassa a própria natureza do crime e alcança uma falta de organização interna, que não distingue as classificações de desaparecimento, o que mascara a ocorrência do fenômeno forçado. Envolve ainda um desinteresse do governo na luta contra o delito. Uma vez que os agentes estatais atores do crime e os responsáveis pela investigação são ambos funcionários do mesmo ente, a independência e autonomia das autoridades investigadoras é imprescindível para uma devida repressão contra o desaparecimento forçado, o que não é visto na realidade prática. Em consonância, o Grupo de Trabalho sobre os Desaparecimentos Forçados ou Involuntários (ONU) orienta:

²⁵ Disponível em: registros-desaparecidos.datacivica.org. Acesso em 17 de outubro de 2020.

La experiencia del Grupo de Trabajo ha demostrado que las deficiencias institucionales y la falta de autonomía, imparcialidad e independencia son algunos de los principales obstáculos a la investigación de las desapariciones forzadas.

[...] Los Estados deben considerar la posibilidad de establecer equipos de investigación que puedan trabajar de manera competente, independiente y autónoma y que no tengan relación con ninguna autoridad que pueda tener interés en obstaculizar las investigaciones. Esto sería particularmente importante en contextos en que los actos de desaparición forzada son recurrentes o sistemáticos. Cabe destacar que los equipos encargados de las investigaciones deben ser imparciales, actuar en todo momento de manera desinteresada y analizar todas las pruebas de manera objetiva, estudiando y aplicando adecuadamente las pruebas de cargo y de descargo.

(Informe del Grupo de Trabajo sobre las Desapariciones Forzadas o Involuntarias acerca de las normas y políticas públicas para la investigación eficaz de las desapariciones forzadas, 2020, p. 8)

Verifica-se, portanto, uma situação na qual o desaparecimento forçado é fenômeno social e criminológico atual, porém não é capaz de ser mensurado com exatidão dadas as circunstâncias apresentadas. Tal situação configura uma face da cifra oculta da criminalidade, que diz respeito à “diferença entre aparência (conhecimento oficial) e a realidade (volume total) da criminalidade convencional, constituída por fatos criminosos não identificados, não denunciados ou não investigados”. (SANTOS, 2006, p. 13).

O conceito legal de criminalidade afirma que trata de mera conduta que viola norma penal, enquanto a compreensão da criminalidade enquanto fenômeno sociológico é atribuída socialmente: imputando estereótipos e responsabilizações a determinados grupos de pessoas. Assim, a atribuição da qualidade de criminoso e o estabelecimento de quais crimes e pessoas devem ser perseguidas, por exemplo, é realizada pelo poder das instituições, porém fundamentada pelo senso comum que define a reprovabilidade social de delitos, o que demonstra que a criminalidade reflete a estrutura social e suas relações de poder (BARATTA, 2002).

Nesse contexto em que criminalidade é construída sob a realidade social, refletindo sua estrutura, os comportamentos desviantes passíveis de perseguição e reprovabilidade social são devidamente punidos e rejeitados, como furtos e roubos, os quais são comumente atribuídos às classes populares, enquanto os delitos como o colarinho branco aparecem com baixas taxas de reprovabilidade e, portanto, baixas taxas de criminalidade. Assim, o conceito criminológico exposto de cifra oculta aparece frequentemente associado a esse último tipo de crime, reforçando uma ideia de estereótipo de criminalidade. (BARATTA, 2002, p. 102-103).

Embora no desaparecimento forçado os autores do crime não sejam agentes de “colarinho branco” ou grupos de alto poder econômico, trata-se de delito que envolve a atuação de agentes estatais, os quais gozam de relevante prestígio social enquanto defensores da segurança pública e representantes da força do Estado. Logo, o comportamento desviante praticado por esse grupo guarda uma reprovabilidade certamente menor que um crime cotidiano cometido por um morador de região periférica, o que pode ser corroborado pelos resultados obtidos na pesquisa.

Conforme notado pelo estudo na mídia jornalística e nos artigos acadêmicos, apontam-se como principais vítimas do desaparecimento forçado grupos socialmente minoritários, o que está conforme a lógica da reprodução da estrutura social de poder, visto que é um delito cometido por uma classe de estrato superior (Estado e seus representantes) contra outra de maior vulnerabilidade (militantes, ativistas políticos, indígenas e afrodescendentes, e ainda moradores da periferia).

Consequentemente, é realçada a problemática acerca da ausência de punibilidade de agentes estatais envolvidos em desaparecimento forçado – temática apresentada tanto nos artigos acadêmicos da CAPES estudados quanto nas notícias jornalísticas – dado que esses funcionários públicos integram um grupo menos sujeito à reprovação social e, portanto, menos perseguido criminalmente. Tal situação destoaria da orientação do Grupo de Trabalho sobre Desaparecimento Forçado ou Involuntário, que dispõe:

Las personas acusadas de haber cometido actos de desaparición forzada deben ser suspendidas de toda función oficial a fin de evitar cualquier injerencia en la investigación y que quienes participen en ella sufran malos tratos, intimidación o represalias. Para que las investigaciones no se vean obstaculizadas por ninguna solidaridad institucional o interna, las actuaciones deben estar a cargo de instituciones distintas o separadas de aquellas en las que trabajen los sospechosos o a las que estos estén afiliados.

(Informe del Grupo de Trabajo sobre las Desapariciones Forzadas o Involuntarias acerca de las normas y políticas públicas para la investigación eficaz de las desapariciones forzadas, 2020, p. 8)

Desse modo, se a criminalidade e a sua punibilidade são expressão da estrutura social de poderes, a seletividade do sistema penal e a impunidade no delito do desaparecimento forçado podem ser ditas como temáticas entrelaçadas.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que o desaparecimento forçado de pessoas é fenômeno contemporâneo e um problema associado a questões de segurança pública e violência institucional, entretanto permanece com pouca visibilidade de estudo especialmente na produção acadêmica.

Concentrado na história da América Latina, seu combate perpassa a dificuldade de quantificação e registro, bem como do Estado em responsabilizar seus próprios agentes. Sendo prática comum e reproduzida até os dias atuais, Piovesan explica:

A região ainda convive com as reminiscências do legado dos regimes autoritários ditatoriais, com uma cultura de violência e de impunidade, com a baixa densidade de Estados de Direito e com a precária tradição de respeito aos direitos humanos no âmbito doméstico. (PIOVESAN, 2019, p. 154).

Assim, acerca da realidade mexicana, Azaola (2014) aponta a existência de três tipos de violência: as violências de sempre, que seriam as violências cotidianas como homicídios; as violências políticas perpetradas pelo Estado contra crime organizado e grupos delitivos; e a violência da exclusão, resultante de déficits de políticas sociais e econômicas. Ressalta, então, que maior que a relação entre violência e pobreza é a correlação ainda existente entre violência e desigualdade:

[...] las políticas del Estado han operado con base en una noción muy estrecha de seguridad que privilegia el uso y el abuso de la fuerza, mientras que deja de lado o no presta la suficiente atención a los déficits, a los enormes rezagos socioeconómicos que agrandan las distancias entre los sectores sociales, promueven la desconfianza y profundizan los conflictos que exacerban la violencia. (AZAOLA, 2014, p. 122)

[...] La violencia de la desigualdad es estructural y ha sido normalizada, pero no por ello deja de tener efectos que se manifiestan en los actuales niveles de violencia exacerbada que se viven en nuestro país. (AZAOLA, 2014, p.124)

Nesse enredo, se o desaparecimento forçado enquanto prática violenta do Estado representou na ditadura uma forma de controle político, durante a democracia ele expressa a reprodução da desigualdade estrutural na sociedade, essencialmente concentrada na história da América Latina e verificada pela percepção das vítimas do fenômeno apontadas na pesquisa. Assim, a luta contra o fenômeno alcança também a luta contra a desigualdade e estratificação social, que, por sua vez, se manifesta ainda na seletividade do sistema e na impunidade de agentes estatais.

Desse modo, por tratar-se de fenômeno complexo, que afeta áreas da segurança pública, gestão pública e ultrapassa inclusive questões socioeconômicas, as perspectivas democráticas sobre o fenômeno e suas possíveis soluções dependem primeiramente de uma visibilidade pública e da sua construção como “problema social” (FERREIRA, 2011), uma vez que precisa ser visto como questão de relevância geral e urgente pela sociedade, objetivo esse pretendido pelo presente trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Fábio Alves. **“Não tem corpo, não tem crime”: notas socioantropológicas sobre o ato de fazer desaparecer corpos.** Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 22, n. 46, p. 37-64, jul./dez. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832016000200037&lng=pt&tlng=pt. Acesso em: 07 de abril de 2019.

AZAOLA, Elena. **Violencia y políticas de seguridad en México.** Em: Lima, Antonio Carlos de Souza; García-Acosta, Virginia. org. Margens da violência – Subsídios ao estudo do problema da violência nos contextos mexicano e brasileiro. Brasília: ABA, 2014, p. 93-128.

BAIGÚN, David. **Desaparición forzada de personas, su ubicación en el ámbito penal.** Em: La desaparición, crimen contra la humanidad, p. 70 e 71.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: Introdução a Sociologia do Direito Penal.** Rio de Janeiro: Revan/ICC, 2002.

CALVEIRO, Pilar. **Poder y desaparición: los campos de concentración en Argentina.** 1ª ed., Buenos Aires: Colihue, 2004.

CALVEIRO, Pilar. **O poder desaparecedor: os campos de concentração na Argentina.** São Paulo: Boitempo, 2013.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **A imprensa na História do Brasil.** São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CITRONI, Gabriella. **Desaparición forzada de personas: desarrollo del fenómeno y respuestas de la Corte Interamericana de Derechos Humanos.** Anuario Español de Derecho Internacional. Vol. 19. Universidad de Navarra. 2003. p. 373-407.

FERNANDES, Hiago Rangel & MORETT, Matheus Teixeira. **As ditaduras militares da América Latina e o fenômeno do fascismo: uma análise comparativa.** Revista Mundo Livre, Campos dos Goytacazes, v. 4, n. 2, p. 29-47, ago/dez 2018.

FERREIRA, Letícia. **Uma etnografia para muitas ausências: o desaparecimento de pessoas como uma ocorrência policial e problema social.** 2011. Tese (Doutorado em

Antropologia Social) – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

GESTEIRA, Luiz André Maia Guimarães. **A Guerra Fria e as ditaduras militares na América do Sul**. Scientia Plena v. 10, n. 12 (2014).

PADRÓS, Enrique Serra. **A política de desaparecimento como modalidade repressiva das ditaduras de segurança nacional**. Revista Tempos Históricos, Unioeste, Volume 10, 2007, p. 105-129.

PADRÓS, Enrique Serra. **Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional latino-americanas**. In: Padrós, Enrique Serra (Org.). As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 15-22.

PADRÓS, Enrique Serra. **Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas**. In: Fico, Carlos et al. (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008. p. 143-178.

PARAYRE, Sonia. **La desaparición forzada de personas como violación continuada de los derechos humanos y su incidencia en la determinación de la competencia ratione temporis de la Corte Interamericana de los Derechos Humanos**. Revista Instituto Interamericano de Derechos Humanos. Vol. 29, 1999, p. 25-67

PIOVESAN, Flávia. **Direitos humanos e justiça internacional: um estudo comparativo dos sistemas regionais europeu, interamericano e africano**. 9ª ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

RAMOS, Altina; FARIA, Paulo M.; FARIA, Ádila. **Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação**. Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 17-36, 2014.

SANTOS, Juarez Cirino. **A Criminologia radical**. Curitiba: IPCP: Lumen Juris, 2006.

SEIBEL, Erni J. **Pesquisa Hemerográfica: Metodologia**. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: <https://nipp.ufsc.br/pesquisas/tecnicas-de-pesquisa-nipp/pesquisa-hemerografica/>. Acesso em 13 de outubro de 2020.

TELES, Janaína de Almeida. **Ditadura e repressão. Paralelos e distinções entre Brasil e Argentina.** Taller (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina, Vol. 3, N° 4, 2014, pp. 99-117.

THEISSEN, Molina. **La desaparición forzada de personas en América Latina.** Série: Estudios básicos de derechos humanos. Instituto Interamericano de Derechos Humanos. Vol VII, 1ª ed, San José, 1996, p. 64-129.

VALDÉS, Jorge A. Talpia. **Doctrina de la Seguridad Nacional y fascismo dependiente.** In: El terrorismo de Estado: la Doctrina de la Seguridad Nacional en el Cono Sur. México: Editora Nueva Imagen, 1980. p. 247-283.

VIANNA, Adriana. **Introdução: fazendo e desfazendo inquietudes no mundo dos direitos.** In: ____ org. O fazer e o desfazer dos direitos: experiências etnográficas sobre política, administração e moralidades. Rio de Janeiro: E-papers, 2013.

VOSGERAU, Dilmeire; ROMANOWSKI, Joana. **Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas.** Rev. Diálogo Educ., Curitiba, v. 14, n. 41, p. 165-189, jan./abr. 2014.